



8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

As notas que a seguir se desenvolvem respeitam a numeração definida pelo POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), com excepção das notas 8.2.1; 8.2.4; 8.2.5; 8.2.9; 8.2.10; 8.2.11; 8.2.12; 8.2.13; 8.2.17; 8.2.18; 8.2.19; 8.2.20; 8.2.21; 8.2.23; 8.2.24; 8.2.25, que neste anexo, e para o presente exercício, não são aplicáveis.

8.2.2 – INDICAÇÃO E COMENTÁRIOS DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Na coluna do balanço de 2013, o valor correto das contas 262+263+267+268 é de 338.747,94€ e não os 339.567,91€. Os 819,97€ de diferença resultam do fato da conta mãe 268530002955 ter o valor de 819,97, quando devia ter o valor zero uma vez que a conta filha 2685300029551 já contem os 819,97€. A AIRC no e-mail enviado a 09-03-2015 refere que não consegue corrigir o problema de contas compostas e elementares com origem no ano de 2013, pelo fato do ano 2013 já estar encerrado.

8.2.3 – CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Os critérios valorimétricos utilizados relativamente às rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados são:

a) Imobilizado:

De um modo genérico todo o imobilizado foi valorizado ao custo de aquisição, previsto no ponto 4.1.1 – Imobilizações, do POCAL. Os documentos suporte do custo de aquisição foram as facturas e escrituras.

De acordo com o estabelecido no ponto 2.7.2 – Amortizações, do POCAL, as amortizações do exercício foram calculadas pelo método das quotas constantes. A taxa de amortização de cada bem corresponde à fixada no CIBE.

Os investimentos financeiros em empresas são registados pelo método do custo, excepto quando o seu valor é inferior ao da contabilidade, conforme ponto 4.1.9 do POCAL.

b) Existências:

As existências encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, de acordo com o estabelecido no ponto 4.2 – Critérios de Valorimetria – Existências, do POCAL.

Foi adoptado o Sistema de Inventário Permanente e o método de custeio das saídas foi o Custo Médio Ponderado, isto é, as existências foram valorizadas ao preço médio ponderado segundo as quantidades.

c) Provisões:

Foram constituídas provisões de clientes de cobrança duvidosa.

d) Especializações dos exercícios:

Foram utilizadas as rubricas de Acréscimos e Diferimentos.

8.2.6 – DESPESAS DE INSTALAÇÃO E DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Na conta 43.2 – Despesas de Investigação e Desenvolvimento” encontram-se registados os encargos relativos à elaboração de Planos.



8.2.16 – ENTIDADES PARTICIPADAS

Designação	Sede	Parcela detida	Capitais Próprios	Resultado do último exercício
A PONTE NORTE – COOPERATIVA DE ENSINO E DESENVOLVIMENTO DA RIBEIRA GRANDE, CRL	Rua N.ª Sr.ª de Fátima, nº 36, Rabo de Peixe	44%	297.994,36€ (2014)	12.581,23€ (2014)
RIBEIRA GRANDE MAIS – EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL, REQUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL, E.M.”	Rua do Estrela, 31, Conceição, 9600-525 Ribeira Grande	100%	695.400,16€ (2014)	-99.294,89€ (2014)
EIRSU – EMPRESA INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA ILHA DE S. MIGUEL	Rua El-Rei D. Carlos I, Nº 27, 1.º Esq.	1/3	276.688,59€ (2014)	33.832,11€ (2014)

8.2.22 – VALOR GLOBAL DAS DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Dívidas de cobrança duvidosa	
	€
Utentes de água	
Em mora: de 6 meses e até 12 meses	1.920,12
Em mora: mais de 12 meses	35.440,94
Utentes de rendas (valores da partilha Ribeira Grande Mais)	
Em mora: mais de 12 meses	6.935,48
Total Geral	44.296,54

8.2.27 – PROVISÕES ACUMULADAS

Foram constituídas provisões para cobranças duvidosas.

Não foram constituídas provisões para aplicações de tesouraria, para riscos e encargos, para depreciação das existências e para investimentos financeiros atendendo que não são aplicáveis/necessárias no presente exercício.

8.2.28 – EXPLICITAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DOS MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO DE CADA UMA DAS CONTAS DA CLASSE 5 “FUNDO PATRIMONIAL”, CONSTANTES DO BALANÇO

Os Fundos Próprios tiveram um acréscimo de cerca de 5 milhões de euros motivado por:

- Património resultante da aplicação do resultado líquido do exercício de 2013, no valor de 1.391.523,52€;
- Constituição de reservas legais resultante da aplicação do resultado líquido do exercício de 2013, no valor de 251.770,67€;
- Subsídios ao investimento de imóveis não sujeitos a amortização, valor de 376.003,73€;
- Doações de parcelas de terreno para a via pública, no valor de 458,60€;
- Resultados Transitados resultante da aplicação do resultado líquido do exercício de 2013 e da anulação do valor a receber da Participação Fixa no IRS de março a dezembro de 2009 e dezembro de 2010, no valor total de 2.972.666,24€;
- Aumento do Resultado Líquido do exercício em 81.776,34€.